

Memorial¹

Myrian Sepúlveda dos Santos

1. Introdução: a memória como objeto

Pode ser que a continuidade da tradição seja somente uma aparência. Mas se este é o caso, então é precisamente a persistência desta aparência da permanência que estabelece continuidade. *Walter Benjamin*

Para quem fez da memória seu objeto de estudo, a escrita de um memorial se apresenta como um grande desafio, pois quanto mais estudamos os processos de rememoração, mais cientes ficamos de que há falhas, bloqueios, interpretações variadas e conflituosas em lembranças do passado. Além do mais, a memória é tanto forma de pensamento como produto deste último.

A partir dos estudos do sociólogo Maurice Halbwachs, ainda nas primeiras décadas do século passado, nós nos tornamos mais conscientes de que as reconstruções do passado ocorrem no presente, relacionadas às memórias constituídas em grupos sociais. Para o sociólogo, memórias individuais são constituídas com o suporte de estruturas sociais mais amplas, chamadas por ele de quadros sociais da memória, como a linguagem; trazem com elas o contexto social em que foram produzidas. Não por acaso, portanto, grande parte dos estudos sobre memória social no campo das Ciências Sociais apoia-se nas abordagens e caminhos metodológicos indicados por Halbwachs e analisa memórias constituídas por grupos sociais, como famílias, operários e partidos políticos.

Contudo, embora não enfatizado por Halbwachs, como qualquer outra forma de pensamento e interpretação, o processo de reconstrução do passado não pode ser considerado a partir de um único parâmetro, o quadro social. Halbwachs foi discípulo de Durkheim e procurou dar aos estudos sobre as lembranças do passado a concretude de um fato social. Por um lado, podemos dizer que as memórias são influenciadas por aspectos

¹ Este memorial foi defendido, com o título **Entre memória e esquecimento: Um depoimento**, em 27 de abril de 2018. A banca examinadora foi composta pelos Profs. Helena Bomeny (presidente), Patrícia Birman, Gláucia Villas Bôas, Maria Paula Nascimento Araújo e José Reginaldo Santos Gonçalves.

emocionais e subjetivos que diferem de indivíduo a indivíduo, e, por outro lado, que construções coletivas são repletas de vazios e não ditos. Esses são aspectos bem importantes em estudos sobre memória que enfatizam tanto conflitos entre diferentes versões do passado como intrusões de sentido relacionadas à influência de estruturas de poder sobre memórias consolidadas. Esquecimentos, má interpretação, e condicionamentos de estruturas mais amplas mostram que o retorno do passado pode não estar presente em narrativas, mas em emoções e imagens. Assim sendo, embora considerando que memórias são constituídas de acordo com motivações do grupo e com estruturas sociais que as antecedem, é preciso considerar que a memória também é definida por outros aspectos como subjetividade e relações de poder. Atualmente a memória é estudada em um campo interdisciplinar, em que Filosofia, História, Biologia, Psicanálise, Direito, Ciências Políticas e Sociais, entre outras disciplinas, contribuem para sua melhor compreensão.

No campo da Psicologia, estudos têm mostrado que há certos padrões no que concerne ao lembrar e ao esquecer. Não obstante o pouco consenso relacionado ao seu funcionamento, alguns aspectos são estabelecidos e aceitos. Em relação ao esquecimento, sabe-se que há uma perda contínua natural e biológica das memórias ao longo do tempo, e, também, que elas obedecem ao primeiro momento de apreensão. Se no momento da apreensão não houver a atenção necessária, as lembranças subsequentes serão muito frágeis ou inexistentes. Em outras palavras, nós só nos lembramos daquilo que foi importante e fez sentido para nós no momento em que vivenciamos certo evento. Na Psicanálise, estudos sobre a memória reiteram as observações realizadas por Sigmund Freud e apontam que aqueles que passaram por processos traumáticos podem sofrer com imagens de memórias indesejáveis ou podem ainda ter determinadas lembranças totalmente bloqueadas. A reação a acontecimentos de extrema violência, sofrimento e dor depende da fragilidade de cada um àqueles acontecimentos específicos. O evento traumático é definido em termos da incapacidade de um indivíduo em elaborar o que foi vivenciado por ele.

Voltando à sociologia, podemos associar essas últimas reflexões à percepção de que os fatores incidindo sobre a memória são múltiplos e nem sempre podem ser descartados. O desafio apresentado nessas observações, nas quais procuro sintetizar alguns dos aspectos mais destacados dos processos de rememoração, marcou minha trajetória acadêmica, senão meu próprio percurso existencial. Não se trata, portanto, apenas de situarmos

nossa narrativa profissional entre a estrutura, a sorte e a intenção do sujeito. Mais do que isso, é preciso também considerar que as construções do passado, memorialistas ou não, ocorrem a partir de fatores que extrapolam nossa disciplina, e que o passado pode estar presente apenas em emoções e imagens difíceis de serem transmitidas e/ou traduzidas para uma linguagem narrativa. Acrescentar essas dimensões às análises sociais sobre a memória foi desde muito cedo o desafio que foi enfrentado ao longo da minha profissão e que será por mim assumido neste memorial. Nosso ponto de partida, como apontado por Benjamin, é precisa e contraditoriamente a aparência da permanência que a memória pode apresentar.

2. Formação: Rio de Janeiro, Nova York e Cambridge

Embora não recorde quem eram os membros da banca de seleção do mestrado do antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/Cândido Mendes), lembro que me perguntaram quais eram minhas leituras recentes relacionadas ao campo das Ciências Sociais. Eu estava apaixonada pela leitura de uma coletânea de textos de Walter Benjamin que acabara de ser publicada. Benjamin sempre representou para mim uma fonte de inspiração. Ele procurou compreender a memória como parte da experiência humana da modernidade, e, como sabemos, ele foi um crítico da perda de laços e tradições entre indivíduos que se tornavam cada vez mais autocentrados. Esta foi a questão que orientou minha formação no mundo acadêmico.

Embora tenha respondido satisfatoriamente à pergunta para fins de seleção, meu interesse pela memória enquanto objeto de estudo não teve acolhida imediata na Instituição. Apenas, um ano depois, com a chegada do professor Ricardo Benzaquén de Araújo, consegui uma orientação adequada e pude desenvolver minha dissertação sobre narrativas de História presente em dois museus históricos do Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional e o Museu Imperial. Meu interesse pelos museus não estava relacionado ao papel social das instituições, mas aos discursos relacionados ao passado.

A erudição de meu orientador me abriu um leque imenso de questões e de possibilidades de pesquisa. As lembranças dos encontros, da gentileza e cuidado, e dos livros emprestados que se sucediam, são muitas.

Outra lembrança forte deste período foi quando o meu antigo professor de História do Brasil, Ilmar Rohloff de Mattos, pediu para que eu fosse encontrar com ele na PUC, onde também dava aulas, e me emprestou um

livro que havia acabado de comprar: o primeiro volume (*La République*) da coletânea *Les lieux de mémoire*, com artigos sobre a história da nação francesa, organizada por Pierre Nora. A apresentação desta coletânea — um texto de 13 páginas escrito por Nora e denominado *Entre Mémoire et Histoire*, em que História e Sociologia se aproximam na análise de objetos e significados contextualizados e transmitidos entre gerações — tornou-se uma referência obrigatória aos estudos sobre memória. Sem dúvida, historiadores se interessavam por novas diretrizes em seu campo, que surgiam sob a forma de desafio e novidade.

Como resultado da imersão em novas leituras e da defesa da dissertação *História, Tempo e Memória: Um Estudo sobre Museus*, IUPERJ, publiquei dois artigos sobre o tema: *Objeto, Memória e História e o Pesadelo da Amnésia Coletiva* em duas conceituadas revistas acadêmicas de Sociologia, *Revista Dados* e *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, em 1992 e 1993, respectivamente. Estes devem estar entre os primeiros artigos sobre Memória Social a serem publicados em revistas especializadas de Ciências Sociais no Brasil.

Embora essas publicações refletissem o período de formação no IUPERJ, elas foram escritas no período em que me encontrava em Nova York fazendo meu doutorado. Em 1989, fui aprovada para o curso de doutorado no Departamento de Sociologia, da *New School for Social Research*. Ao chegar lá também não encontrei com facilidade uma orientação acadêmica que se voltasse para o estudo da memória social. Este, decididamente não fazia parte dos objetos da sociologia. No entanto, a efervescência intelectual e cultural da cidade, que sedia duas outras importantes universidades (*New York University* e *Columbia University*) e um número grande de bibliotecas, que podem ser utilizadas por estudantes inscritos num sistema universitário único, permitiu que meu objetivo fosse cumprido. No primeiro ano, recebi a sugestão de obter os créditos necessários à formação não só nos cursos regulares exigidos, mas também nos de outros departamentos, o que foi feito com imenso interesse e prazer.

Os créditos obrigatórios diziam respeito às correntes teóricas da Sociologia e eles foram fundamentais em minha formação. Agradeço a dois professores, José Casanova e Andrew Arato, pela formação sólida que obtive em teoria sociológica, responsável por minha inserção nos debates acadêmicos que se sucederam. Os estudos sobre Jürgen Habermas e sua tentativa de síntese teórica e defesa de uma linguagem comum na esfera pública, densamente construída em *The Theory of Communicative Action*, livro publicado em 1984, nos levaram a ter controle sobre as propostas e

limites inerentes às correntes teóricas sociológicas.

Das palestras e cursos realizados fora do departamento, gostaria de destacar as aulas de Richard J. Bernstein e Agnes Heller, que me proporcionaram, respectivamente, uma compreensão dos desafios da pós-modernidade e a de um legado marxista aberto e pouco ortodoxo que seguem me acompanhando até os dias atuais. Da mesma forma, Charles Tilly, em História; Nancy Fraser e Seyla Benhabib, em Política; Vera Zolberg e Jeffrey Goldfarb, este último meu orientador, no campo da Cultura Política, possibilitaram a defesa da tese *Memory: Social Construction and Critique* e a obtenção do título de PhD em ciências sociais e políticas.

Destaco ainda na minha formação a atmosfera intelectual e de incentivo aos alunos, que era muito grande na *New School for Social Research*. Palestras e cursos com professores convidados eram frequentes na instituição e, desta forma, tive a possibilidade de entrar em contato com o pensamento de Reinhart Koselleck que muito me instigava desde o mestrado. A palestra de Eric Hobsbawm foi outra que ficou na memória, pois a facilidade com que respondia às perguntas sobre as condições econômicas e sociais de países espalhados por todos os continentes, com estatísticas e dados precisos, foi impressionante.

Alguns meses após a defesa de tese, eu estava de volta ao Rio de Janeiro e, em março de 1994, comecei a dar aula como professora visitante no departamento de Ciências Sociais da UERJ. Em 1996, tive a oportunidade de fazer um curso de especialização de três meses sobre memória e textualidade, na *School of Criticism and Theory* (SCT), na época sediada pelo Dartmouth College, em New Hampshire, Estados Unidos, graças à bolsa recebida pela Faperj. Atualmente a SCT é sediada pela Cornell University e tem em seus cursos professores de diversas áreas disciplinares como Benedict Anderson, Roger Chartier, Judith Butler, Gayatri Spivak, Susan Stewart, Marianne Hirsch, Mary Jacobs e Susan Buck-Morss. No ano citado, os professores que trabalharam os temas do silêncio textual e do trauma, foram, principalmente, Stephen Greenblatt e Dominick La Capra. Essa experiência, formada por um curso extremamente especializado, com professores reconhecidos na área de desconstrução social e crítica literária, foi fundamental às minhas reflexões sobre memória e violência. Stephen Greenblatt, três anos depois, integrou o conselho editorial da Revista *Interseções*, criada pelo nosso Programa de Pós-Graduação. A convite da professora Clarice Peixoto, eu me agreguei a ela e ao professor Valter Sinder na produção editorial da revista.

Ainda em 1996, fiz concurso e passei a ser professora adjunta do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UERJ. A partir de minha entrada na universidade, aulas, pesquisas e orientações fizeram parte de minha trajetória profissional. Fiquei responsável pelos cursos de teoria social da graduação e da pós-graduação. Paralelamente às formulações sobre memória, tradição e modernidade, que encontraram espaço no grupo de trabalho sobre teoria social da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), desenvolvi uma pesquisa sobre a permanência e usos da tradição em duas escolas de samba do Rio de Janeiro, Mangueira e Império Serrano. Ao investir nos jogos travados entre tradição e modernidade pelas escolas de samba, a questão da herança africana na construção nacional ficou evidente, tema que vem sendo elaborado ao longo dos anos e que, recentemente, aproxima-se de abordagens historiográficas do sistema escravista que priorizam o protagonismo dos antigos escravos e libertos do período nas construções históricas.

Como resultado da pesquisa, alguns artigos foram publicados nesse período, procurando problematizar tanto questões teóricas como aquelas relacionadas às memórias do carnaval. *Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos*, artigo publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, investiga os limites de abordagens funcionalistas e interacionistas aos temas da memória e da identidade coletiva e *A Luta da Memória Contra o Esquecimento*, publicado na *Revista Síntese de Filosofia*, analisa as contribuições de Walter Benjamin e Jacques Derrida às teorias da memória. Dois outros artigos, *O Batuque Negro das Escolas de Samba* (*Revista de Estudos Afro-Asiáticos*) e *Orfeu Negro: entre fantasia e realidade* (*Caderno de Antropologia e Imagem*) foram escritos sobre a relação entre tradição e modernidade em escolas de samba. O artigo *Mangueira e Império: A Carnavalização do Poder pelas Escolas de Samba do Rio de Janeiro* traz uma análise mais ampla sobre os conflitos entre cultura, política e indústria cultural nas escolas de samba e foi publicado no livro *Cem Anos de Favela*, organizado por Alba Zaluar e Marcos Alvito. Minha primeira publicação em inglês foi neste período, quando, após apresentação do trabalho *Samba Schools: The Logic of Orgy and Blackness in Rio de Janeiro* no Congresso Internacional de Americanistas (ICA), fui convidada a contribuir com a coletânea organizada pelo professor Jean Rahier, que tem o sugestivo título de *Representations of Blackness and the Performance of Identities*.

Como dito anteriormente, as construções não são contínuas e não são construídas em linha reta. Algumas destas reflexões foram desenvolvidas e

estão presentes em artigos mais recentes como *Carnaval e política*, publicado na coletânea organizada por Leonardo Avritzer et alii, *Corrupção: Ensaios e Críticas* (Editora UFMG/2008) e *O Samba é meu dom* publicado no livro *Nos quintais do samba da Grande Madureira* (Editora Olhares/2016).

Entre 1994 e 2000, os trabalhos de pesquisa produzidos foram apresentados em diversos congressos nacionais e internacionais, entre eles: Encontros da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); os Congressos da Associação Internacional de Sociologia (ISA), da Latin American Studies Association (LASA); e os Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Neste último, tive participação ativa na formação do Grupo de Trabalho em Teoria Social, que não existia anteriormente, contribuindo com o debate sobre teorias da memória e modernidade. Fez parte deste primeiro momento um grupo de recém-doutores, entre eles, José Maurício Domingues, Leonardo Avritzer e Josué Pereira da Silva, com os quais eu já debatava informalmente os rumos da modernidade a partir, principalmente, das teorias de Jürgen Habermas e Anthony Giddens. Ao longo da consolidação do GT, fiquei conhecendo outros sociólogos, como Hector Leis e Sérgio Costa, com os quais também mantive fortes laços acadêmicos. A comunidade acadêmica é essencial para as nossas formulações. Devo ao grupo de teoria social da ANPOCS a consolidação de minha formação teórica, bem como seus desdobramentos futuros. Data também deste período a organização do I Seminário Afro-carioca, na UERJ, por mim coordenado.

Em 2000, após cumprir seis anos de ensino e pesquisa na universidade, obtive minha primeira licença, e realizei meu primeiro pós-doutoramento no exterior, com o projeto de pesquisa “Políticas da Memória: Museus e Globalização”, tema que consolidaria minha pesquisa. Voltava, portanto, ao tema da dissertação de mestrado, museus e memória, com interesse em avaliar variantes narrativas que estivessem acompanhando transformações sociais e políticas na contemporaneidade.

Depois de passar seis meses no *Theory, Culture & Society Centre*, da *Nottingham Trent University*, onde o Prof. Mike Featherstone me recebeu como professora visitante, passei mais seis meses no *Centre of Latin American Studies*, em *Cambridge*, onde igualmente tive boa acolhida pelos professores Charles Jones e David Lehmann. Tive então a oportunidade de apresentar minha pesquisa em diversos fóruns e centros acadêmicos. Finalmente, passei três meses no *Centre de Recherche sur les Liens Sociaux* (CERLIS), na

Université de Paris V. Conheci diversos museus europeus nesse período e ampliei minha pesquisa, mantendo contato com pesquisadores dessa área. Em Paris, conheci a pesquisadora Luciana Sepúlveda e seu estudo sobre público de museus, o qual serviu de modelo para avaliação dos museus brasileiros nos anos seguintes. O objetivo de analisar as novas práticas e narrativas que estavam sendo criadas nos museus europeus foi cumprido. O pós-doutorado permitiu a troca acadêmica e formação de vínculos e parcerias que têm sido mantidos.

Como resultado da pesquisa desenvolvida no pós-doutorado, diversos artigos foram publicados em revistas e coletâneas analisando narrativas de museus brasileiros e sua adequação às transformações políticas e sociais:

- Os Museus Brasileiros e a Constituição do Imaginário Nacional (*Sociedade e Estado/2000*);
- Teoria da Memória, Teoria da Modernidade (In *Teoria Social e Modernidade*, UFMG/2000);
- The New Dynamic of Blockbuster Exhibitions (*Bulletin of Latin American Research/2001*);
- Brazilian Museums, Public Policy and the Missing Public (*Journal of Latin American Cultural Studies/2001*);
- Memory and Narrative in Social Theory (*Time & Society/2001*);
- Black Orpheus and the Merging of Two Brazilian Nation (*European Review of Latin American and Caribbean Studies/2001*);
- Museums and Memory: The Enchanted Modernity (*Journal for Cultural Research/2003*);
- Museums without a Past: The Brazilian Case (*International Journal of Cultural Studies/2003*);
- The Brazilian Remake of the Orpheus Legend: Film Theory and Aesthetic Dimension (*Theory, Culture & Society/2003*);
- Museus brasileiros e política cultural (*Revista Brasileira de Ciências Sociais/2004*).

O período de pesquisa passado na Inglaterra e na França me mostrou que o tema da memória já constava da pauta acadêmica no campo das Ciências Sociais, embora, no Brasil, a recepção ainda fosse tímida. Ao comentar a formação de um campo de estudos em torno do conceito de memória, a historiadora francesa Marie-Claire Lavabre ressaltou que na década de 1970 não havia qualquer menção à “memória” nos debates relativos à

reformulação da disciplina da História. Análises recentes marcaram uma mudança importante na escrita da História, pois construções do passado passaram a ser consideradas como parte de práticas sociais do presente.

Nos últimos vinte anos houve uma explosão de estudos sobre a memória. A princípio, o aumento de estudos sobre testemunhos, narrativas autobiográficas e lugares da memória foi explicado pelo novo ritmo da vida moderna. No artigo *Entre Mémoire et Histoire*, que se transformou em referência para os estudos sobre memória, o historiador francês Pierre Nora sugeriu que se falava tanto de memória, porque ela não existia mais. Para ele, bem como para um grupo significativo de filósofos e sociólogos, a experiência do tempo de forma acelerada seria responsável pelo fim, ou, no mínimo, pelo enfraquecimento das tradições anteriormente constituídas. Sempre opondo-me às teorias muito radicais sobre o fim das tradições, desenvolvi pesquisas que identificaram, no Brasil, permanências e transformações ocorridas em diversos museus, que acompanhando tendências mais gerais, substituíam discursos nacionalistas, fortemente calcados em crenças tradicionalistas, por exposições interativas mais voltados para o mercado e para as múltiplas iniciativas que se configuravam socialmente. As modernizações não implicavam necessariamente na mudança de sentido inerente às narrativas anteriores, pois algumas vezes se restringiam às formas e não aos conteúdos.

A dissertação de mestrado, sobre as narrativas históricas, e a tese de doutorado, sobre teorias da memória, foram publicadas em 2003 e 2006, com os títulos de *A Escrita do Passado nos Museus Históricos* (Editora Garamond) e *Memória Coletiva e Teoria Social* (Editora Annablume), com o apoio financeiro da Faperj. Em tempos em que o Estado reduz drasticamente os investimentos em educação, ciência e tecnologia, acho importante registrar que financiamentos públicos possibilitaram não só a publicação de artigos, livros, edição de revistas científicas, como também minha formação desde a educação primária até o pós-doutoramento.

3. Antecedentes: medicina, história e gênero

Somos treinados a separar a vida privada da pública, divisão esta que tem sido central no pensamento político ocidental. De acordo com minha própria formação, fortemente influenciada pelas teses de Jürgen Habermas e seu conceito de esfera pública, estas são esferas separadas e diferentes, que podem ser problematizadas cada uma em seus próprios termos. Dentro

de minha própria formação, contudo, acompanhei a crítica de Nancy Fraser ao conceito de esfera pública defendido por Habermas e passei a considerar firmemente o argumento feminista que questiona a demarcação clara entre estas esferas, e que também denuncia a associação entre esfera privada e formas de patriarcalismo. Ao problematizarem a dicotomia entre vida pública e doméstica, estudos feministas de diferentes tradições teóricas trazem à tona a divisão de trabalho entre os sexos, a natureza política da família e a relevância da justiça na vida pessoal.

Relembrar o passado à luz de teorias feministas consiste em, no meu caso, reinterpretar todo um conjunto de eventos e emoções. Consiste, ainda, em seguir Halbwachs de ponta cabeça, pois não se trata apenas da consolidação das novas memórias a partir de um novo grupo de pertencimento, mas, sim, da descoberta de rupturas, emoções e sofrimentos muitas vezes sublimados ou não percebidos. Passado e presente se encontram a partir da possibilidade de reinterpretação de eventos vivenciados, que, no relato a seguir, será dada pela condição de gênero.

Neta de imigrantes portugueses pobres, eu sou a única dentre os 28 filhos e netos que seguiu uma carreira acadêmica universitária. Meu avô, oriundo de uma região de camponeses do norte de Portugal, veio para o Brasil, com sua família, nas primeiras décadas do século passado. Com pouca ou nenhuma instrução, ele e seus irmãos conseguiram se estabelecer como pequenos comerciantes em Campo Grande, região da zona oeste do Rio de Janeiro. Minha avó, com um pouco mais de instrução, veio de Coimbra para se casar com meu avô, após arranjos de família. Dos seis filhos do casal, os quatro homens estudaram, chegaram à Faculdade e conseguiram, através de concursos públicos, carreiras estáveis e ascensão social. As duas mulheres tornaram-se mães de família e continuaram a morar em Campo Grande. Uma delas, viúva muito cedo, ficou sob o teto de meu avô até que seus filhos pudessem lhe dar abrigo. Dentre os 22 netos, a maioria alcançou o ensino universitário. A família, contudo, desde que dela me recordo, sempre foi dividida entre as famílias dos filhos, que têm suas moradias nas regiões mais ricas da cidade, e aquelas das filhas, que, com poucas exceções, continuaram a morar em regiões menos nobres da cidade. Dentre os bisnetos, observa-se uma menor divisão social. De qualquer forma, sou oriunda de uma família pobre, para a qual a educação, que sempre esteve atrelada à ascensão social, foi inicialmente garantida apenas àqueles do sexo masculino.

A família de minha mãe é bem menor. Fiquei órfã com um ano de

idade e meu contato com suas duas irmãs foi mais esporádico. Do meu avô materno, sei apenas que, era descendente de espanhóis e/ou portugueses. Dos ascendentes de minha avó materna, eu nada sei. De família mais estabelecida na cidade, minhas tias, assim como minha mãe, embora sem ensino superior, estudaram, trabalharam como professoras de ensino básico, e casaram-se com funcionários públicos, conquistando ascensão social.

Embora minha geração seja caracterizada pela ruptura, em termos políticos e de costumes, pois tinha 15 anos nos anos 1970, quando o movimento estudantil se organizava contra a ditadura militar, a herança familiar não desaparece. Falar de tios e primos em termos de número é difícil e desconfortável, senão penoso. As pertencas se sucedem, mas as antigas não desaparecem. Retomando minhas trajetórias estudantil, militante, e profissional, é fácil perceber que o papel de esposa e mãe sempre esteve presente enquanto desejo, atravessando todos os outros. Ao lidarmos com lembranças, sabemos que quando palavras nos faltam e a razão tem dificuldade em produzir narrativas, imagens nos ajudam a seguir um percurso.

A saída do curso de medicina não foi uma escolha fácil. O ano de pré-vestibular exigiu muito estudo e dedicação e o curso de Medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro tinha bastante prestígio. A atitude de meu pai, ao dar suporte a qualquer escolha a ser feita por mim, inclusive o abandono da carreira médica, até hoje me emociona e é uma marca positiva no rol das lembranças. Eu hoje me pergunto, contudo, o quanto influenciou nesta postura o fato de eu ser mulher. Meu pai, como outros homens de sua geração, assumia a total responsabilidade pelo sustento das mulheres da família. Em seu ímpeto protetor, ele me isentava de tal peso.

Ser mãe e estudante no curso de História foi outro desafio, sobretudo porque a opção estava mais ligada à politização do curso do que a seu conteúdo propriamente dito. Em 1978, vivíamos sob a repressão da última fase do regime militar, que ainda aprisionava e torturava as lideranças estudantis. Nos centros acadêmicos tínhamos um aprendizado paralelo: as diferentes táticas e estratégias defendidas pelos diversos partidos de esquerda, em sua maioria, clandestinos, que se organizavam dentro do movimento estudantil. Do curso, meu interesse maior era sobre a História do Brasil, e nele me concentrei com o suporte de excelentes professores. De qualquer forma, as noites de reunião e enfrentamento com forças da ditadura requeriam uma liberdade que eu já havia perdido pelo fato de ser

mãe. Institucionalmente, consegui licenças pela gravidez e alguns cursos e leituras foram feitos em casa, o que certamente não era muito fácil. Por outro lado, colegas combativos tinham muito pouca noção do que fazer com uma criança pedindo atenção em meio a uma reunião política. E eu, muito menos.

A entrada no mestrado não foi resultado de um projeto de vida bem delineado. Ao contrário, surgiu do gosto pela leitura, influenciado pela educação dada por minha madrastra (professora primária formada pelo antigo Instituto de Educação e ávida leitora, que ocupou o lugar de mãe em minha vida) e também pela vontade de escapar de um trabalho burocrático. Silêncio sobre este último porque pouco acrescentou à minha carreira acadêmica. Ao longo do mestrado, meu terceiro filho nasceu e desse período mais uma imagem se consolidou, o comentário de um dos professores do Programa: “Nas estatísticas realizadas, não há mulheres com três filhos neste curso de pós-graduação”. O Iuperj construía, nesse período, um perfil social e econômico de seus estudantes. A vocação profissional acadêmica ainda não existia para mim, e devo às amizades encontradas na Instituição, principalmente nas figuras de José Maurício Domingues e Monica Herz, a percepção de novos horizontes.

A opção pelo doutorado, por mais especializada que pareça ser, também não fez parte de um projeto próprio, mas de uma tentativa de acompanhar o chefe de família em sua especialização profissional. A chegada em Nova York com três filhos e marido volta à memória através de cenas congeladas. Colegas se perguntavam até onde eu conseguiria dar sequência ao curso de doutorado. Apostas se faziam. A situação se complicou, após o segundo ano do curso, porque precisei mudar de cidade para acompanhar o chefe de família, primeiro para Rochester, Minnesota, a mais de 1.500 quilômetros de distância. No ano seguinte fomos para Califórnia, a mais de 5.000 quilômetros. Nem eu nem meu marido considerávamos a possibilidade de eu continuar na cidade com os filhos. Eu fazia meu doutorado, mas o papel principal ainda era o de acompanhar o cônjuge em sua formação no exterior. Vivíamos de bolsas e o dinheiro era curto. À distância, a escrita da tese me pareceu, muitas vezes, sem sentido. Outras brasileiras em situações menos desfavoráveis abandonaram suas teses. Ainda assim, foi graças a essa conjuntura que o doutorado foi possível. A família sempre cumpriu o papel de me fornecer segurança e realização pessoal. No que diz respeito à profissão, devo, novamente, às amizades formadas, em especial a Josué Pereira da Silva, a finalização do curso. Nesse ambiente acadêmico, em que

encontros com outros pós-doutorandos e amigos se consolidaram — e aqui destaco a importância de Celia Maria Marinho de Azevedo, Marco Antonio Pamplona, Leonardo Avritzer, e Ana Caetano — novas expectativas profissionais se formaram.

Ao retornar ao Brasil já tinha por objetivo me consolidar na vida acadêmica. O desafio não foi menor. A competição entre jovens professores sempre foi acirrada e nossa produção requer sacrifícios. Desta vez, minha família ficou em segundo plano, talvez pela primeira vez, o que trouxe fraturas significativas, problemas entre filhos já adolescentes e o sentimento crescente de culpa, que é aquele que acompanha todas as mulheres que se movem entre família e profissão.

A percepção de que não lidamos apenas com a memória constituída entre pares, mas que há outros tipos de memória, como aquela que resulta de tradições herdadas, mais ligadas à emoção e à reprodução de comportamentos do que à razão, ampliou o escopo teórico e o campo de estudos sobre a relação entre passado e presente. A perda da minha mãe com um ano de idade me marcou pela ausência. A responsabilidade feminina pela esfera doméstica reproduz comportamentos. No meu caso, ela une passado e presente; os cuidados cotidianos com os idosos do presente se unem àqueles anteriores destinados aos filhos. Embora a questão de gênero não seja meu objeto de estudo, devo aos estudos feministas a ampliação teórica com que trabalho não só os conceitos de memória, mas também as diferentes questões sociológicas das quais me aproximo.

4. Atividades de orientação e extensão: Ecomuseu Ilha Grande, Museu do Cárcere, Museu Afrodigital Rio

Ao longo de minha carreira foram muitas as orientações; é difícil relembrar algumas sem esquecer outras e sem fazer injustiças. Se contarmos as centenas de participações em bancas de qualificação, a tarefa de rememoração estaria irremediavelmente perdida. Orientações, em seus diversos níveis, fazem parte de nossa formação, aprendemos com aqueles que orientamos, com os comentários dos outros professores das bancas de qualificação e de trabalho de conclusão. Podemos dizer que orientação e pesquisa são as duas faces da mesma moeda, elas se complementam. Além disso, em minha trajetória na UERJ, os trabalhos de extensão sempre estiveram atrelados à pesquisa e à orientação.

Gostaria, contudo, de destacar as três primeiras orientações de doutorado, pois elas foram fundamentais aos projetos que desenvolvi ao longo da carreira. Em 1999, comecei a orientar três doutorandos de Ciências Sociais, Mario de Souza Chagas, Joana D'Arc Fernandes Ferraz e Joselina Silva. Eles logo defenderam suas teses e, além de grandes amigos, tornaram-se profissionais extremamente competentes e, companheiros de profissão. Seus trabalhos e pesquisas entrelaçam-se com minha trajetória profissional através de encontros acadêmicos em diversos momentos e espaços comuns.

No ano 2000, enquanto fazia meu pós-doutorado na Inglaterra, recebi um convite da então sub-reitora de Pós-Graduação, Maria Andréa Loyola, para apresentar um projeto de um museu para o *campus* que estava sendo construído na Ilha Grande. A grande preocupação da sub-reitoria era cumprir uma cláusula presente no Termo de Cessão emitido pelo governo do Estado, em 1994, que transferia toda a área anteriormente ocupada pelo antigo Instituto Penal Cândido Mendes para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Para assumir a cessão, a Universidade, em contrapartida, deveria assumir alguns compromissos, como a manutenção de algumas atividades da vila, que tinha em torno de trinta casas cedidas a antigos funcionários do IPCM, e a construção de um museu no local das ruínas do IPCM. Os limitados recursos obtidos pela Universidade foram investidos na reforma do prédio do antigo batalhão da Polícia Militar, tendo sido lá instalados laboratórios e um dormitório para professores e alunos. A vila, em tempo muito curto, perdeu o traçado geométrico das ruas e dos canteiros. As casas perderam suas tintas e rebocos caíram. Os recursos para realização do museu deveriam ser obtidos através de projetos submetidos às agências financiadoras.

Para elaboração do projeto, convidei meu orientando Mario de Souza Chagas, que tinha a formação de museólogo e já era professor do Programa de Pós-Graduação Memória Social, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mario faz parte de um grupo de profissionais que traz novos conceitos para a Museologia e eu já o conhecia, desde o tempo da pesquisa de mestrado, por sua destacada atuação no campo. Na área da museologia, foi ele meu orientador. Juntos, idealizamos a proposta de criação do “Ecomuseu Ilha Grande”, cuja principal meta seria a da preservação da natureza, da história e da cultura local, a partir da participação direta de moradores, das organizações não governamentais, de associações e de instituições comprometidas com o museu.

O projeto “Ecomuseu Ilha Grande” apontava a necessidade de criação de

quatro unidades, para cumprimento de seus objetivos: o Museu do Cárcere, a ser localizado nas ruínas do Instituto Penal Cândido Mendes; o Museu do Meio Ambiente, no prédio que abrigava o antigo presídio feminino, na época ainda em boas condições; o Centro Multimídia, no prédio do antigo cinema; e o Parque Botânico, no pátio do Instituto Penal. Os museus serviriam para preservar meio ambiente, história e cultura, como também para divulgar as diversas pesquisas em andamento realizadas pelos biólogos, geógrafos, oceanógrafos e demais profissionais associados ao *campus*. Essencial a estas propostas era a participação da população local.

No que dizia respeito às ruínas, inicialmente eu e Mario Chagas estranhávamos e até nos divertíamos quando nos pediam que o projeto apresentado fosse capaz de expulsar os fantasmas do presídio. Algumas propostas já apresentadas procuravam eliminar traços dos antigos presídios, recompondo a arquitetura “harmônica” da vila militar, ou, ainda, utilizando cores vivas, como o vermelho, para as construções no interior da vila, que embora atraíssem insetos e criassem um forte contraste com a vegetação, geravam a esperança de que o local, marcado por cem anos de violência e desrespeito à dignidade humana, pudesse adquirir novos contornos. Meu passado de historiadora e a veia poética de Mario Chagas foram responsáveis pelo maior comprometimento com o passado no projeto apresentado.

Sem medo de fantasmas, mas com grande dificuldade, pois os diversos órgãos do Estado que procurávamos não se interessavam pelo projeto, obtivemos um financiamento da Faperj para abrir ao público as ruínas do antigo presídio. O primeiro módulo do museu foi inaugurado em 2009, quase uma década após o início do projeto. A partir da pesquisa realizada sobre as prisões da Ilha Grande, a exposição Cem Anos de Prisão se concretizou. Duas museólogas se integraram à equipe e foram determinantes na execução do projeto, Viviane Wermelinger e Gabriela Farias.

Associou-se também ao projeto o arquiteto João Calafate, na época, diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Santa Úrsula. O projeto arquitetônico visava preservar algumas ruínas, recuperar outras, e criar novas estruturas para modernizar o complexo e atender as necessidades dos visitantes. Havia a proposta de construção de passarelas suspensas, que permitiriam ao visitante visualizar as ruínas de muros e guaritas. A ideia era combinar preservação, restauração e funcionalidade. Sem perder funcionalidade, o novo complexo deveria preservar muros, guaritas, prédios, e, dentro deles, vigas, ferragens e parte dos tijolos

originais, elementos capazes de permitir que o visitante tivesse acesso à passagem do tempo. Estávamos todos interessados na preservação de algumas das ruínas existentes, devido ao impacto que causava o seu testemunho sobre a presença de mais de cem anos de cárceres na Ilha. A nova Museologia tem acenado para diversas estratégias expositivas através das quais, além da informação, procura-se transmitir emoções, conflitos e provocações. As ruínas e testemunhos, assim como a produção artística, cumprem um importante papel nessa nova linguagem. O “Museu do Cárcere”, coordenado atualmente pelo historiador Gelsom Rozentino e sua equipe, está em plena atividade, e já é um dos mais visitados do Rio de Janeiro.

Por ocasião da inauguração deste primeiro módulo do “Ecomuseu Ilha Grande”, uma série de acontecimentos mostrou que a preservação do passado não é uma tarefa tão simples. Novos projetos surgiram, colocando em questão a ideia original. Nós nos confrontamos com a construção de quiosques e paisagens caribenhas no interior do espaço do antigo presídio, e até mesmo com a demolição de muros da penitenciária, que foram utilizados como entulho para fins de pavimentação da estrada que liga a vila Dois Rios à vila do Abraão. Em alguns casos foi possível defender a ideia original, em outros não.

A experiência, portanto, de criar o projeto do “Ecomuseu Ilha Grande” foi uma tarefa interdisciplinar sempre ligada à reflexão teórica. No caso do “Museu do Cárcere”, a percepção da dificuldade de representação de práticas violentas foi imediata. O contraste entre representação e as funções de informação e entretenimento provoca uma tensão constante, ampliada pelo ambiente paradisíaco da Ilha Grande e sua vocação turística. Alguns trabalhos sobre o tema foram publicados em revistas e coletâneas, como *O Conflito entre Natureza e Cultura* (História, Ciências, Saúde – Manguinhos/2005).

Em 2010, passei a coordenar um segundo projeto de extensão, o “Museu Afrodigital Rio” (www.museuafrodigitalrio.org), também no âmbito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O museu, que é um sítio eletrônico (site) digital, faz parte de uma rede nacional inaugurada pelo Prof. Lívio Sansone, cujo objetivo é a salvaguarda de fontes documentais e a divulgação de pesquisas da cultura afro-brasileira e africana no Brasil, propiciando a democratização do acesso àqueles interessados. Esse projeto nacional é constituído por iniciativas e temáticas regionais, que se organizam de forma autônoma. Atualmente, a rede “Museu Afrodigital” é

composta por unidades formadas por grupos de pesquisadores vinculados a universidades estaduais e federais, envolvendo iniciativas em Salvador, Recife, Natal e São Luiz. Duas coletâneas foram publicadas com as experiências desenvolvidas pelos museus: *A Política do Intangível: museus e patrimônios* (UFBA) e *Museus Afrodigitais e Política Patrimonial* (EDUFMA). Os museus digitais são coordenados, respectivamente, pelos professores e pesquisadores Livio Sansone (UFBA), Antonio Motta (UFPE), e Julie Cavignac (UFRN). O professor Sergio Ferretti (UFMA), presente desde o início do projeto, faleceu em 2018, deixando em todos nós um profundo sentimento de dor e perda.

Como parte deste conjunto maior, o “Museu Afrodigital Rio” tem por objetivo contribuir para a inclusão da população negra, a qual tem tido suas produções culturais e representações tradicionalmente excluídas de espaços institucionais formais. A digitalização de informações é um instrumento que pode facilitar a repatriação de documentos, e divulgar outros de difícil acesso. Propomos práticas que democratizem o acesso ao saber acumulado, descentralizando formas de conhecimento. Partimos da ideia de que o aprimoramento do sistema poderá incentivar a maior participação dos usuários. Disponibilizamos em exposições e arquivos um conjunto amplo de registros, tais como: recortes de jornais, documentos pessoais, cartas, textos publicados ou não, poesias, fotos, vídeos, depoimentos, cantigas, danças e reproduções de objetos ou artefatos da cultura material. Incentivamos a interação, pretendemos que o usuário possa ser produtor de conhecimento ao contribuir com seleção, identificação e classificação de documentos.

O “Museu Afrodigital Rio” recebeu seu primeiro financiamento em 2010, por meio do Edital Pensa Rio/FAPERJ, o que permitiu sua expansão em termos de tecnologia e pesquisa. Além do apoio recebido da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ que cedeu o espaço, a infraestrutura necessária e bolsistas de extensão, alguns projetos apresentados pela equipe sob minha coordenação foram contemplados pela Faperj e por outros órgãos de financiamento (Edital Humanidades/2011, Edital Apoio a Projetos Temáticos no Estado do Rio de Janeiro/2013, Edital 450 anos da cidade do Rio de Janeiro/2014, Edital Programa de Treinamento e Capacitação Técnica/2015, 2016, 2017 e Edital Preservação e Acesso aos Bens do Patrimônio Afro-brasileiro/2014/ MINC/PROEXT). Os recursos permitiram equipar o espaço físico e potencializar o sítio eletrônico que representa o museu.

Dada a característica do projeto de lidar com novas tecnologias de

comunicação em grande quantidade de informação num meio digital, foi necessária a aquisição de um servidor que está localizado na sala do Departamento de Informática com temperatura e energia controladas. O museu tem obtido financiamento para bolsistas de apoio técnico, organizações de seminários nacionais e estrangeiros, desenvolvimento de projetos e publicação de livros. Dois seminários foram realizados na UERJ e outro em Havana, este último efetivou-se a partir do convênio realizado com a Casa de África, em Havana, e da parceria com seu diretor, o Prof. Alberto Granado. A partir de 2015, o museu passou a ter uma coordenação colegiada e interdisciplinar constituída pelos Profs. Ana Paula Alves Ribeiro, Gabriel Cid, Guilherme Vargues, Maria Alice Rezende Gonçalves, Maurício Barros de Castro, e por mim. O museu tem cumprido seus objetivos e o número de visitantes tem sido crescente.

A divulgação de pesquisa através da internet é para nós da academia um desafio, o número de pessoas que tem contato com a pesquisa é imenso. Observamos o crescimento contínuo de usuários que acessam o “Museu Afrodigital Rio” desde a sua fundação, o que pode ser associado não só à expansão da internet no país, como também ao interesse específico pelo tema tratado. Se em março de 2012, iniciamos com 39 usuários, 91 visitantes, 4.046 páginas visitadas e 196.92 MB de arquivos copiados, atualmente temos mais de 7 mil usuários, 15 mil visitantes, 100 mil páginas visitadas e 100 GB de arquivos copiados por mês. Embora considerando que a navegação na internet tem suas especificidades, pois o hipertexto é acessado de forma fragmentada e descontextualizada, é inegável a democratização do acesso para aqueles que têm interesse e competência técnica adquirida.

Nos últimos anos, organizei dois livros com os outros membros da coordenação do “Museu Afrodigital Rio”, Nos quintais do samba da grande Madureira: memória, história e imagens (Ed. Olhares/2016) e Relações raciais e políticas do patrimônio (Ed. Azougue) e publiquei alguns artigos sobre a especificidade da linguagem digital, suas potencialidades e limites, bem como sobre a importância da mídia digital na democratização da memória das populações negras e africanas:

- Museu digital da memória afro-brasileira: algumas questões (In *O Caráter Político dos Museus*, MAST/ 2010);
- Museu digital da memória afro-brasileira: um ato de resistência (In *A política do intangível: museus e patrimônios em nova perspectiva*, EDUFBA/2012);

- Museu Afrodigital: políticas culturais, identidade afro-brasileira e novas tecnologias (In *Museus Afro Digitais e política patrimonial*, EDUFMA/2012);
- Museu Afrodigital: desafios na representação do passado (*Revista Z Cultural*/ 2015).

Os dois museus, um físico e outro virtual, são projetos de extensão que estão conectados a projetos de pesquisa e que têm permitido a dezenas de bolsistas de graduação e de pós-graduação o trabalho integrado desenvolvido pela universidade. Ambos, cada um com suas especificidades, articulam-se às definições e propósitos da nova Museologia Social. Volto a destacar que os resultados do acompanhamento e da análise do funcionamento destes museus foram, como ainda são, parte de estudos constantes que têm sido apresentados em congressos, artigos e livros. Eles geram reflexões, e são exemplos de que extensão e pesquisa se entrelaçam.

5. Desdobramentos: memória e violência no sistema carcerário

À medida que o projeto de extensão Ecomuseu Ilha Grande era desenvolvido, foi ficando evidente que muito pouco se sabia sobre as prisões que haviam sido instaladas na Ilha Grande. O que encontramos documentado em biografias, como *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, apontava para situações dantescas de aprisionamento, mas tínhamos poucos dados oficiais. A partir desta constatação, dei início a um novo projeto de pesquisa, desta vez envolvendo memória e violência.

Na primeira fase da pesquisa, foram feitos levantamentos de processos, relatórios, boletins de ocorrência, e documentos em geral. É importante ressaltar que a documentação sobre instituições penitenciárias não é um bem preservado, e também que não há interesse do Estado em manter arquivos que evidenciam o mau funcionamento e a arbitrariedade das práticas lá desenvolvidas. Depois de dois anos de pesquisa e muitas idas à vila Dois Rios, minha equipe e eu encontramos um galpão em ruínas, com teto parcial, repleto de documentos que haviam sido deixados no local após a desativação e implosão da penitenciária. Diversos processos e documentos oficiais foram encontrados em mãos de guardas e moradores da vila, que os salvaram das ruínas e os guardaram em suas casas. Os arquivos têm coleções incompletas, e mesmo quando os documentos estão sob suas guardas, eles acabam por se deteriorar por falta de verbas

públicas aplicadas em sua higienização e catalogação. O acesso nem sempre é possível.

O trabalho de pesquisa documental feito sobre as prisões da Ilha Grande não foi fácil e nem pequeno. A pesquisa se prolongou e, ao longo de dez anos, foram feitos levantamentos de diversos documentos, como decretos, leis, regulamentos, processos, relatórios anuais, boletins de ocorrência, artigos publicados em órgãos oficiais, cartas e fotografias. A busca por esses registros foi feita em arquivos públicos e privados, bibliotecas, museus, centros de estudo e internet. Dentre as instituições visitadas, destacamos o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, o Centro de Estudos e Pesquisas da Escola de Gestão Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Fundação Getúlio Vargas, a Casa Rui Barbosa, a Biblioteca do Fórum, e a Biblioteca da OAB. A legislação relacionada às instituições penitenciárias foi levantada a partir de diferentes fontes (arquivos e sites especializados).

Os levantamentos feitos em arquivos nos levaram à primeira prisão estabelecida na Ilha Grande, Colônia Correccional de Dois Rios, criada nos primeiros anos da República, que submetia a condições indizíveis aquelas pessoas pobres e miseráveis que perambulavam pelas ruas da capital federal desde finais do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Também foi analisada a proposta idealizada ao longo do Estado Novo de criação de duas colônias agrícolas, voltadas para a recuperação através do trabalho de presos de bom comportamento.

Essa pesquisa trouxe à tona diferentes estruturas e políticas de encarceramento instaladas na Ilha Grande entre 1894 e 1945, sendo que em praticamente todas elas os guardas fizeram uso da violência para estabelecimento da ordem. As prisões tinham por característica a manutenção de um regime semiaberto, no qual internos eram obrigados a trabalhar em serviços pesados, como cortes de árvores e carregamento de troncos em terreno irregular. A possibilidade de fuga estava sempre presente e a forma de contenção eram as torturas e mortes, que faziam parte da manutenção do funcionamento das instituições. Durante a maior parte do período estudado as prisões serviram como lugar de isolamento e exclusão dos segmentos mais pobres da população, alijados do mercado de trabalho formal. Os internos da Ilha Grande eram aqueles classificados como contraventores, ou seja, os vagabundos, vadios e capoeiras.

Os resultados da pesquisa estão presentes em relatórios de pesquisa,

em trabalhos apresentados pelos bolsistas de iniciação científica, alguns deles premiados com menção honrosa (Manuela Castilho Coimbra da Costa, Thatiana Sant'Anna Gonçalves, Yasmim Issa e Marcelo Carvalho), no livro *Os Porões da República: barbárie nas prisões da Ilha Grande 1894-1945* (Garamond/EDUERJ/2009), e também em artigos:

- História e Memória: o caso do Ferrugem (*Revista Brasileira de História*/2003);
- A Prisão dos Ébrios, Capoeiras e Vagabundos no Início da Era Republicana (*Topoi*/2004);
- A Violência que se Repete no Interior dos Presídios (*Revista Interseções*/2005).
- Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política" (*História, Ciências e Saúde - Manguinhos*/2007);
- Prisões da Ilha Grande (In *O Ambiente da Ilha Grande* EDUERJ/2009).

Num segundo momento de trabalho, as pesquisas em arquivos continuaram, mas é importante destacar que quanto mais recentes forem as prisões, menos documentos são disponibilizados ao público. Como a pesquisa tinha por objeto um passado recente, ou seja, de acontecimentos ocorridos entre 1938 e 1970, nossa equipe pôde contar com os relatos daqueles que vivenciaram o cotidiano das colônias agrícolas. As entrevistas de maior profundidade, com coleta de informações sobre história de vida, foram realizadas com três funcionários do antigo presídio e um ex-presidiário, todos do sexo masculino. Os moradores de Dois Rios estão sempre dispostos a colaborar e a esclarecer as dúvidas que vão surgindo ao longo da pesquisa. Mantivemos contato também com familiares de funcionários da Colônia Agrícola do Distrito Federal que residiram em Dois Rios na década de 1940, e que guardam com eles recordações muito positivas.

A análise das entrevistas considerou ensinamentos da história oral e de teorias da memória. Podemos dizer que as lembranças estão atravessadas por esquecimentos, traumas, discursos padronizados e estratégias narrativas diversas. Trazem datas trocadas, versões consolidadas socialmente e, ainda, o lugar do narrador supervalorizado. Em alguns casos, construímos tabelas com informações sobre cada contexto histórico, para podermos localizar no tempo e espaço tudo aquilo que nos era contado. Percebemos discursos

consolidados coletivamente, com poucas variações entre os entrevistados. Contudo, há nesses depoimentos, sentimentos, emoções, valores, e julgamentos. As lembranças foram capazes de revelar também estratégias de ação frente ao arcabouço institucional criado, até então invisíveis, permitindo uma interpretação mais ampla do que lá acontecia.

Entre 1942 e 1962, a Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF) e a Colônia Penal Cândido Mendes (CPCM), localizadas, respectivamente, na Vila de Dois Rios e na Vila do Abraão, dominaram a cena local. Vinte anos depois, o modelo estava falido, e a Colônia Penal foi desativada. Em 1966, a Colônia Agrícola do Distrito Federal tornou-se uma prisão de segurança máxima, passando a ser denominada Penitenciária Correccional Cândido Mendes. Em 1970, a penitenciária passou a se chamar Instituto Penal Cândido Mendes. Apesar da legislação vigente, das normas estabelecidas e das diversas mudanças, a violência e os maus tratos continuaram. Termos como ilha da Maldição, ilha do Diabo e Caldeirão do Inferno eram utilizados para indicar o que lá se passava.

Assim sendo, paralelamente ao levantamento de processos, boletins de ocorrência, relatórios, ofícios, cartas, notícias de jornais, e debates parlamentares, foram consideradas como elementos condutores dos capítulos apresentados as narrativas de um morador, um guarda e dois internos, quatro personagens que tiveram partes importantes de suas vidas relacionadas às prisões instaladas na Ilha Grande. Através deles, procuramos descrever as práticas de encarceramento em duas colônias agrícolas que foram instaladas na Ilha Grande, com o objetivo de recuperar presos de bom comportamento pelo trabalho. Os relatos analisados trazem experiências de vida particulares, que mostram sentimentos, mentalidades de época e de corporações, e opções de sobrevivência em situações de violência extrema. Embora o foco da pesquisa seja o período entre 1938 e 1966, quando funcionaram na Ilha Grande as colônias agrícolas, à medida que os relatos foram sendo obtidos os períodos analisados se estenderam.

Em 2015, uma licença foi tirada em forma de pós-doutorado, junto ao Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo. A orientação de Marcos Cesar Alvarez e o acompanhamento de algumas atividades do Núcleo, que conta com especialistas de excelência na área de estudo como Sergio Adorno, coordenador do núcleo, e pesquisadores associados como Fernando Salla e Luiz Claudio Lourenço, foram fundamentais para a atualização do debate sobre prisões e finalização do livro *Quatro histórias, duas colônias e uma ilha* (Garamond/2017). A parte de

edição de imagens desse livro foi feita por Yves Ribeiro, filho de um antigo médico da Colônia Agrícola que, a partir de um contato inicial para coleta de dados, tornou-se parceiro da pesquisa. O material de pesquisa encontra-se disponível no site do grupo de pesquisa *Arte, Cultura e Poder* (<http://artecultpoder.org>).

Os resultados dessa segunda fase da pesquisa estão presentes no livro acima citado, nas diversas monografias e dissertações de orientandos, bem como em artigos publicados em revistas de Antropologia, História e Sociologia:

- A invisibilidade da pena: Dois Rios como imagem do paraíso (*Tempo Social*/2016);
- Madame Satã e as prisões da Ilha Grande (*Vibrant*/2017);
- Entre militância e vadiagem (*Topoi*/2017).

Duas reflexões sobre os paradoxos inerentes às destruições sistemáticas de estabelecimentos penais, como Instituto Penal Cândido Mendes, Carandiru e Frei Caneca, através de processos midiáticos, estão presente nos artigos *Ruínas e testemunhos: o lembrar através das marcas do passado* (UFPB) e *O espetáculo da destruição e a manutenção do sistema*, que fazem parte, respectivamente, da coletânea organizada pelo Prof. Antonio Motta na *Revista Política e Trabalho* da UFPB, bem como por aquela organizada por Patrícia Birman et alii no livro *Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências*. Diante da constatação de que o passado, ao ser marcado pela violência, passa por processos muitas vezes inibidores da representação, procurou-se valorizar a multiplicidade de fatores e elementos que incidem sobre sua representação.

A pesquisa sobre memória e violência tem considerado tanto elementos inerentes à natureza do sistema prisional em sociedades modernas, como também elementos constituintes da sociedade brasileira. Algumas questões centrais atravessam as análises sobre os dois períodos (1894/1945 e 1945/1994): a ineficiência do sistema e a violência intramuros. Reiteradas sempre, essas são questões abordadas por praticamente todos os estudiosos do tema. A primeira fase da pesquisa, com dados mais historiográficos, apresentada no livro *Porões da República*, foi capaz de mostrar a reiteração da violência sobre uma população negra e pobre em diversos contextos políticos e regimes carcerários. Na segunda fase, presente em *Quatro histórias, duas colônias e uma ilha*, tive por base entrevistas e histórias orais

e procurei mostrar que aqueles que estão do lado de fora das prisões não compartilham os mesmos códigos daqueles que estão do lado de dentro. Ao entrar na cadeia, o indivíduo recorre a alternativas que não pertenciam ao mundo a que antes pertencia. É preciso ainda ressaltar que o estudo da violência nas prisões envolve dificuldades de compreensão. Enquanto pesquisadora, senti, em vários momentos, necessidade de afastamento de um mundo cujas regras agridem o senso comum.

O impacto do trabalho acadêmico sobre a opinião pública ainda é um desafio a ser enfrentado, principalmente em questões estruturais como políticas carcerárias, em que as narrativas dos meios de comunicação se alinham às preocupações mais imediatas de segurança pública e de controle da ordem social. Nesse sentido, a abordagem ao mundo carcerário através da história e da memória cumpre o papel de ampliar as dimensões de sentidos sobre uma das instituições mais perversas da sociedade contemporânea.

Todo esse processo foi desenvolvido com muitas parcerias e a muitos devo agradecer as contribuições. Colaboraram com lembranças e depoimentos os antigos guardas e policiais militares que trabalharam em Dois Rios, bem como suas esposas, filhos e filhas, que ainda hoje moram em Dois Rios: Júlio de Almeida, Lupércio de Albuquerque, Hotair da Silva Souza, Maria José Pereira de Souza, Getúlio Cantuária da Silva, Tereza Pimenta, Luiz Carlos Alves Pereira, Margarida Augusta, Pedro dos Santos, José do Ribamar, e Marilene da Silva Campos. Um grupo de moradores de Dois Rios nas décadas de 1940 e 1950 foi fundamental à compreensão da prisão naquele período: Oli Demutti Moura, Edonée Esteves Demutti, Sergio Esteves Demutti, e Yves Ribeiro Filho, este último se tornou parceiro na organização final do livro. Os bolsistas de iniciação científica foram fundamentais nesse percurso. Inicialmente trabalharam comigo Fabio Cardoso Ponso, Ingrid Borges Lemos, Denise Almeida Rodrigues, Marcela Marques Serrano. A partir da maior estruturação do projeto, contribuíram Cintia Guimarães, Thatiana Sant'Anna Gonçalves, Inês Nogueira, Thaís Lemos e Thaís Cavalcante. Em 2004, junto a Marcelo Castañeda, Manuela Castilho e Carolina Gonçalves Alves fizemos algumas entrevistas com antigos presos políticos. Meus agradecimentos a todos os entrevistados do período: André Borges, Carlos Eduardo Ulup, Fernando Palha Freire, e Nelson Rodrigues Filho. A partir de 2010, Amanda Riodades, Clarisse Silveira, Inoã Pierre Carvalho Urbinati, Raquel Glória Moreira, Renata Moreira Fontoura, e Rafaely Camilo Costa estiveram presentes no levantamento de dados em arquivos públicos e entrevistas. Nos últimos

anos, minha equipe de trabalho foi composta pelos bolsistas Marcelo Carvalho, Wesley Matos e Yasmim Issa. Novas entrevistas foram feitas com André Borges e William da Silva. Sara Dias, chegada de Moçambique, me deu apoio com a transcrição de entrevistas realizadas com Júlio de Almeida. Muitos destes bolsistas desenvolveram suas próprias pesquisas sobre o tema e contribuíram para a realização deste trabalho.

Difícil pensar em Ilha Grande, sem lembrar de Simonne Martins de Carvalho, que foi orientanda de graduação e acompanhou a pesquisa, enriquecendo as reflexões, principalmente sobre as dificuldades e maus tratos por que passam os familiares daqueles que são encarcerados. Nas idas à Ilha Grande, encontrei muitos moradores que me deram informações importantes sobre o período das prisões e fiz amigos: Antonio Simplício, Constantino Cokotós (falecido), Alexandre de Oliveira e Silva, Graciela Cuellar, Renato Motta, Maria Rachel Sousa, Nair Mattoso, e Renato Buys. Aprendi bastante, com minhas companheiras antropólogas e grandes amigas, Patrícia Birman e Rosane Prado, que também fizeram suas etnografias e estudos na Ilha Grande.

6. Atividades de ensino e administração

As atividades de ensino e gestão se entrelaçam. Entrei para a UERJ em março de 1994 e imediatamente comecei a lecionar na graduação. Dois anos depois passei a membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Na UERJ os professores são responsáveis por três cursos por semestre. No antigo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, e no atual Instituto de Ciências Sociais, os membros do colegiado têm o acordo de ministrarem apenas um curso por ano na pós-graduação. Assim sendo, exceto pelos anos de afastamento em pós-doutorado, fui responsável por três cursos por semestre, que somam mais de 50 cursos ao longo de 23 anos de profissão.

Nos primeiros anos fui responsável pelas disciplinas de Teoria Social Contemporânea para os alunos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. Esses cursos alimentaram minhas pesquisas e publicações sobre teorias da memória. Ao retornar do primeiro período de pós-doutoramento com uma pesquisa sobre memória, museus e modernidade, passei a oferecer cursos sobre estas temáticas específicas. O mesmo aconteceu após a realização das pesquisas sobre memória e violência em sistemas carcerários.

As pesquisas propiciam cursos reflexivos, os quais, por sua vez

contribuem com o que estamos produzindo academicamente. É inegável que a transmissão de conhecimento e o aprendizado usufruído com essa experiência representam a gratificação diária em nosso cotidiano acadêmico. A diversidade de disciplinas ministradas acompanhou as pesquisas realizadas e os interesses dos alunos. Foram cursos, na maioria das vezes, de teoria social, memória social e sociologia da cultura.

As tarefas de administração não são poucas ao longo da carreira de professores universitários. Devido às carências de estrutura básica presente em universidades públicas, é importante ressaltar que estas tarefas requerem qualificações, como as de administração e de contabilidade, que às vezes fogem de nossas competências, para que objetivos sejam cumpridos.

Assumi a vice-coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) a convite do Prof. Luiz Eduardo Soares, em 1998, com o objetivo de criar o projeto de doutorado interdisciplinar para o Programa. Poucos meses depois, a Universidade entrou em greve. A tarefa de manter o Programa funcionando, coordenar eventos internacionais relacionados ao novo projeto, e adequar o projeto idealizado aos perfis do conjunto de professores foi uma experiência, senão traumática, bastante trabalhosa e de difícil realização. Ainda como parte da consolidação do Programa, e em conjunto com os Profs. Clarice Peixoto e Valter Sinder, fui responsável pela edição da Revista de Estudos Interdisciplinares Interseções, do PPCIS, desde sua criação em 1999 até 2010, quando uma nova equipe assumiu. De qualquer forma, estas atividades foram apenas as primeiras de uma série de comprometimentos profissionais desenvolvidos na área administrativa.

Entre 2000 e 2009, foram muitas as funções assumidas junto à Sub-Reitoria de Pós-Graduação (SR-2) para que o Ecomuseu Ilha Grande fosse inaugurado. Em dois momentos obtive licença parcial no PPCIS a que pertencia para poder dar prosseguimento ao projeto. Atualmente, faço parte do Comitê Científico do museu.

A partir de 2003, o Departamento de Museus do IPHAN, e, mais tarde, o recém-criado Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) tomaram uma série de iniciativas no sentido de democratizar o acesso, o conhecimento e a administração dos museus públicos. Foram criados fóruns nacionais, dos quais participei como relatora, e editais. Tive a oportunidade de colaborar com as novas políticas culturais que estavam sendo implementadas nessa área sendo relatora nos Fóruns Nacionais e participando como membro do Conselho do Sistema Federal de Cultura, entre 2009 e 2014.

Algumas atividades se destacam no campo administrativo pela

dedicação necessária ao seu bom desenvolvimento. Uma delas é a participação em comitês de avaliação de bolsistas de iniciação científica (PIBIC), tarefa que venho realizando tanto no âmbito da UERJ, bem como nos de outras universidades públicas. Da mesma forma, a participação em bancas de admissão à carreira docente é uma atividade que requer bastante compromisso e responsabilidade. Participei na seleção de professores da área de Sociologia em diversas instituições (FIOCRUZ, UFSCAR, UFRJ, UNIRIO, UNICAMP, UERJ)

Cabe ainda destacar os diversos pareceres emitidos para organizações e instituições governamentais (USP, Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Tocantins); agências de fomento (CNPq, CAPES, FAPERJ, FAPESP, FFLCH/USP, FAPESPA, FAPEMA, FACEPE; editoras (Edições UESB; EDUFMA; Scielo); e revistas acadêmicas internacionais e nacionais (*Theory, Culture and Society*; *Time & Society*; *Trames*; *Journal of Latin American Anthropology*; *Latin American Research Review*; *Luso-Brazilian Review*; *Revista Cadernos CES*; *Cadernos CRH UFBA*; *Revista Brasileira de Ciências Sociais*; *Tempo Social*; *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*; *Revista Estudos Históricos (FGV)*; *BIB: Sociedade e Estado*; *Sociologia e Antropologia*; *Política e Trabalho*; *Religião e Sociedade*; *Revista Psicologia Política*; *Interseções*; *Musas*; *Museologia e Patrimônio*; *Revista CPS/USP*; *Anais do Museu Emílio Goeldi*, entre outras)

Em suma, foram diversos os cargos de coordenação assumidos ao longo dos anos na instituição de pertencimento e em agências e órgãos governamentais: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Coordenadora de Graduação, Coordenadora de Pós-Graduação, Coordenadora de Área, Coordenadora de Projetos de Extensão, Assessora da Sub-Reitoria de Pós-Graduação, Membro do Conselho Consultivo do Ecomuseu Ilha Grande, Membro dos Comitês de Avaliação do PIBIC e do PROCiência); Capes (Projeto Qualis); IPHAN (relatora em encontros nacionais); e IBRAM (membro do Conselho do Sistema Federal de Cultura). Destaco a coordenação do *Museu Afrodigital Rio* e do Grupo de Pesquisa *Arte, Cultura e Poder*, com cadastro no CNPq. Este último é um grupo interdisciplinar que reúne professores brasileiros e estrangeiros no desenvolvimento de estudos sobre arte, cultura e suas interseções com o poder. Ambos os projetos têm sítios eletrônicos, pelos quais sou responsável (www.museuafrodigitalrio.org e www.artecultpoder.org).

7. Desenvolvimento da pesquisa: museus e memória

(...) necessitamos de uma crítica dos valores morais, o próprio valor desses valores deverá ser colocado em questão – para isto é necessário um conhecimento das circunstâncias e condições nas quais nasceram, sob as quais se desenvolveram e se modificaram
(...) *Friedrich Nietzsche*

A preocupação em perceber a historicidade das construções sociais e suas transformações ao longo do tempo está sempre presente entre filósofos, sendo que os pensamentos de alguns deles – Friedrich Nietzsche, Jean-François Lyotard, Martin Heidegger, Michel Foucault, Jacques Derrida, Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur, entre outros – têm tido enorme impacto nos estudos sociais e políticos das últimas décadas. Em que pese as distinções entre posições interpretativas e hermenêuticas e outras desconstrutivistas, estes são autores que trazem a questão do movimento do tempo para os estudos da sociedade. Gadamer trabalhou com o conceito de tradição em movimento, Foucault procurou resolver o problema através de uma abordagem denominada por ele de genealogia do poder, e Jacques Derrida foi autor do conceito de *différance*. Em todos eles, a fluidez e transitoriedade do tempo é um aspecto crucial de análise.

A percepção da memória como processo e produto que se transformam continuamente traz imprevisibilidade e incerteza às narrativas sobre o passado, pois sabemos que algo está sempre escapando do campo interpretativo e das memórias que elegemos como objeto. Esta já era uma questão central no início de minha carreira acadêmica, quando procurei analisar as narrativas da história em museus. A pesquisa de doutorado foi sobre teorias da memória, e aquela desenvolvida no pós-doutorado voltou seu foco para os novos discursos e práticas presentes em museus contemporâneos, que se adaptavam às novas demandas de público e consumo na era da globalização. A partir da pesquisa de pós-doutorado, procurei trabalhar não apenas com os processos da memória, mas com seus produtos.

A partir dos anos 1970, a chamada Nova Museologia questionou a centralidade dos objetos nas exposições e foi responsável pela criação de museus voltados para a questão social. As instituições museológicas se diversificaram, tanto em termos de produção e financiamento, como em

temática. No que diz respeito às técnicas de representação, muito pode ser dito. Dos antigos expositores educativos que procuravam reproduzir o mundo real, chegou-se a uma diversidade de iniciativas, dentre as quais a produção de novas experiências, que agregam imaginação, emoções e sentidos, ganha fôlego. A ênfase dos museus na consolidação dos estados nacionais foi substituída por uma diversidade de temas e pela adequação às novas políticas de identidade. As pesquisas realizadas procuraram apontar transformações ocorridas nas narrativas de grandes museus nacionais, considerando transformações sociais e políticas mais gerais.

Os estudos sobre museus e memória foram apresentados em encontros, seminários e congressos, nacionais e internacionais. No Brasil, participei e coordenei grupos de trabalho temáticos da ANPOCS, SBS e ABA. Esses fóruns possibilitaram o intercâmbio e formação de um grupo de intelectuais que desenvolvem pesquisas nesta área. Embora seja difícil nomear companheiros nesta trajetória sem fazer injustiças a partir de esquecimentos, gostaria de destacar a parceria com Mario Chagas, Joana D'Arc Ferraz, Rogério Ferreira de Sousa, Regina Abreu, Reginaldo Gonçalves, Manoel Ferreira e Carlos Gadea. Com Mario Chagas e Regina Abreu foi organizada a coletânea *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas* (Garamond/2007). Com Joana D'Arc Ferraz e Rogério Ferreira de Sousa, *Deserdados: dimensões das desigualdades sociais* (Editora H. P. Comunicações/2007). Paralelamente a essas reflexões, trabalhei ainda com o conceito de interdisciplinaridade, tão caro aos estudos sobre a memória, em *Integração e diferença em encontros disciplinares* (Revista Brasileira de Ciências Sociais/2007) e com o conceito de aura, em *À procura da alma encantadora da cidade* (In *Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas*, Garamond/2007).

Em 2009, obtive uma licença para capacitação docente para realização do segundo pós-doutorado. No Centro de Estudos Sociais, coordenado pelo Prof. Boaventura dos Santos, na Universidade de Coimbra, fui recebida pelo Prof. Paulo Peixoto, com quem diversas parcerias acadêmicas foram desenvolvidas. Em 2011, ele veio ao Brasil como professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) e como consultor do Museu Afrodigital Rio. Firmamos um convênio entre o PPCIS/UERJ e o CES/Universidade de Coimbra, e através dele desenvolvemos pesquisas conjuntas, incentivando o intercâmbio entre docentes e discentes das duas universidades.

Acompanhando o maior interesse pela memória na área da Sociologia da Cultura, criei, também em 2009, o grupo de pesquisa "Arte, Cultura

e Poder”, que agrega pesquisadores de diversas áreas disciplinares. As pesquisas trabalham com o entrelaçamento entre memória, arte e cultura nas dinâmicas de poder. Destaco aqui a parceria com os Profs. Victor Hugo Adler, Geraldo Pontes e Carmem Lucia do curso de Pós-Graduação em Letras da UERJ. A partir de discussões sistemáticas, dois seminários foram organizados por nós envolvendo pesquisadores de instituições nacionais e estrangeiras. As linhas de pesquisa se consolidaram com a entrada de pesquisadores de instituições parceiras (CPDOC/FGV, UNIRIO, UFG, UFBA, CES/Universidade de Coimbra e IL/Universidade Livre de Berlim).

Nesse período, as pesquisas realizadas no campo das políticas da memória já eram bem significativas. Autores como Walter Benjamin, Eric Hobsbawm e Michel Pollak, por diferentes caminhos, tornaram-se referências para as críticas à utilização e à imobilização do tempo enquanto uma política de controle da cultura ocidental. Partindo da consideração de que a relação entre passado e presente é complexa e dinâmica, tendo sempre que considerarmos os dois polos da equação, minha pesquisa procurou mostrar a presença não só de uma política da memória, mas de diversas políticas da memória em museus brasileiros. Significados e valores veiculados em nome da tradição ou da modernidade atenderam interesses de grupos sociais de múltiplas formas.

Muitas mudanças ocorreram nos museus brasileiros nas últimas décadas. As novas práticas culturais que surgiram em torno do tema da preservação da memória ampliaram e democratizaram as iniciativas já existentes. Uma das novidades do campo foi o surgimento de políticas de preservação de patrimônios imateriais ou intangíveis, que procuraram valorizar práticas culturais de populações menos privilegiadas. Podemos ainda destacar o surgimento de iniciativas que partiram de populações subalternas. Alinhados a movimentos sociais diversos, entre eles àqueles constituídos por afrodescendentes e populações indígenas, os novos museus e lugares da memória procuram garantir o direito de constituírem suas próprias narrativas. Os conflitos resultantes de guerras culturais se fortaleceram, criando novas demandas por autodeterminação.

Questões relacionadas às políticas da memória têm ocupado não apenas o centro de debates acadêmicos, mas têm também marcado movimentos sociais e políticos, em esferas locais, nacionais e transnacionais. A escritora e crítica literária argentina Beatriz Sarlo tem afirmado com certa preocupação que nunca, como nos tempos atuais, foi a memória um tema tão espetacularmente social. Inegavelmente, nós pesquisadores nos

voltamos cada vez mais tanto para as práticas de construção das memórias, na formação de identidades do presente, como para as que procuram o dever da justiça em relação ao passado.

As repercussões das pesquisas realizadas sobre políticas da memória ocorreram a partir da formação de bolsistas de iniciação científica, mestres, doutores e pós-doutores; organização de seminários; e publicações. Em 2010, o primeiro seminário internacional do grupo foi organizado, tendo como um de seus resultados a publicação do livro *Memória, cultura e poder* (EDUERJ). Em 2011, um grupo de trabalho foi organizado no âmbito da SBS. Como atividade para 2013, o grupo organizou o segundo seminário internacional. Um de seus resultados foi a publicação do livro *Diálogos Interdisciplinares: literatura e políticas culturais* (EDUERJ). Nessa fase da pesquisa, alguns artigos e o livro *Memória coletiva e identidade nacional* (Garamond/2013) foram publicados. Sobre o livro, gostaria de reproduzir a apresentação feita por Mario Chagas, que, em muito sintetiza o esforço realizado:

O livro *Memória coletiva e identidade nacional* é ele mesmo um exercício de memória e identidade. Myrian Sepúlveda dos Santos debruça-se sobre sua própria produção nos últimos vinte anos e de modo crítico reescreve e reafirma sua conexão com o presente. Ao defender abordagens críticas e interdisciplinares, Myrian favorece a compreensão da existência de vários caminhos de aproximação e afastamento do passado, da memória e da identidade. Mas no livro de Myrian também estão, à sua revelia, as nossas memórias e identidades de leitores, de estudantes, de pesquisadores, de companheiros de jornada e as possibilidades de novas construções de memória e identidade. Os textos aqui reunidos nos ajudaram e continuam nos ajudando a pensar, sentir e agir. *Mario Chagas*

Dentre os artigos, gostaria de destacar o artigo *História, Memória e Esquecimento: implicações políticas*, escrito em parceria com a Profa. Maria Paula Nascimento, sobre a politização do uso da memória por setores subalternos da população. O artigo teve grande repercussão e foi publicado pela revista *Estudios Sociales* (2007), pela Revista Crítica em Ciências Sociais (2007) e, novamente pela *RCCS Annual Review* (2009). Outro artigo que também obteve repercussão foi aquele publicado pela Revista da USP, em 2014: *Memória coletiva, trauma e cultura: um debate*. Ainda no campo teórico, apresentei em congresso e publiquei algumas reflexões sobre o crescimento

da influência pós-estruturalista nas Ciências Sociais:

- O prefixo pós nas Ciências Sociais (In *A questão pós nas Ciências Sociais*, Appris/2013).

No que diz respeito às mudanças observadas em museus brasileiros, os quais, a partir dos anos 2000, adaptaram-se às novas demandas de mercado e de movimentos sociais identitários, alguns dos textos produzidos podem ser destacados:

- Museus, liberalismo e indústria cultural (*Revista Ciências Sociais Unisinos*/2011).
- Brazilian culture as a category of public intervention (In *Brazil emerging: Inequality and emancipation*, Routledge/2013).
- A mundialização e fragmentação do patrimônio (In *Patrimônios do Brasil*, Azogue /2013).
- Naturalists in Nineteenth-Century Brazil (*Archiv für Völkerkunde* /2014).
- New Initiatives Emerging in the Brazilian Museum Field (*Museum International*/ 2014).
- Por uma sociologia dos museus (*Cadernos do CEOM*/ 2015).

Ao longo desse período, o grupo obteve auxílio financeiro da UERJ e de agências de fomentos para compra de equipamentos e montagem do sítio eletrônico. Auxílios foram recebidos do CNPq (Edital MCT/CNPq 02/2009 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas), da CAPES (Organização de eventos 2010 e 2013) e da FAPERJ (Edital Humanidades/2011, Edital Apoio a Projetos Temáticos no Estado do Rio de Janeiro/2013). Os recursos permitiram a montagem de um espaço físico para o grupo de pesquisa *Arte, Cultura e Poder*, no âmbito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bem como sítio eletrônico para divulgação dos projetos. O terceiro seminário foi organizado para o ano de 2016, mas não chegou a se realizar devido à crise pela qual passa a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Continuamos com a intenção de realizá-lo em 2018.

Entre 2009 e 2017, a pesquisa sobre políticas da memória enfatizou alguns temas, como narrativas constituídas sobre a escravidão e aquelas que compõem hoje diversos museus da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (REMUS). A Rede define seu objetivo como sendo o de

trocar experiências entre comunidades populares, movimentos sociais e instituições que atuam no campo da memória, patrimônio e cultura, com o intuito de potencializar a memória como fator de inclusão e transformação social. Fazem parte da rede museus: o Museu da Maré, no Complexo da Maré (RJ); o Museu Sankofa, na Rocinha (RJ); a Vila do Horto, no Jardim Botânico (RJ); o Museu Vivo do São Bento, em Duque de Caxias (RJ); e o Museu de Favela (MUF), no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (RJ).

As representações do negro e da escravidão nos museus brasileiros lidam com questões de poder e discriminação. Em grande parte de museus subsidiados pelo Estado observamos ainda hoje silêncio, representações estereotipadas e vitimização. Diferentemente, as representações que reforçam a identidade negra surgem em um grupo de nos novos museus afro-brasileiros, sem que velhos discursos sejam refeitos nos museus tradicionais. As narrativas sobre a escravidão são bastante delicadas e trazem polêmicas, pois elas lidam com uma memória de sofrimento e dor, plena de conflitos e relações de poder, que permanece em disputa. A representação exacerbada e unilateral do indivíduo escravizado como vítima, em correntes e sendo espancado, pode aparecer como denúncia, mas pode também negar a ele seu lugar de protagonista da história. Cito alguns dos artigos publicados em revistas e coletâneas sobre narrativas da escravidão:

- Entre Troncos e Atabaques (In *Projeto Unesco no Brasil*, EDUFBA/2007);
- The Repressed Memory of Brazilian Slavery (*International Journal of Cultural Studies*/2008);
- A Representação da Escravidão (*Anais do Museu Histórico Nacional*/2008);
- The Legacy of Slavery in Contemporary Brazil (In *African Heritage and Memories of Slavery in Brazil and the South World*, Amherst/2014);
- & Castro, M.B. Um Verger, Dois Olhares: a construção da africanidade brasileira por um estrangeiro (*Caderno CRH*/2016).

Observamos, nas últimas décadas, o surgimento de uma diversidade de iniciativas vinculadas à preservação da memória nos museus brasileiros. Muitas dessas iniciativas vincularam-se aos pontos de memória incentivados pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Outras podem ser associadas ao Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINON),

criado em 1985, que se define a partir de práticas interativas e voltadas para transformações sociais e culturais. Questões relacionadas às políticas da memória têm ocupado não apenas o centro de debates acadêmicos; elas estão presentes em movimentos sociais e políticos, de esferas locais, nacionais e transnacionais. Novas iniciativas no campo da memória se associam aos movimentos sociais e à defesa de direitos humanos.

8. Perspectivas futuras

Desde 2001 tenho recebido apoio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro às pesquisas realizadas por meio da infraestrutura e da bolsa PROCIÊNCIA. A partir de 2003, obtive apoio do CNPq aos projetos de pesquisa e, em 2016, da FAPERJ, através do programa Cientista do Nosso Estado (CNE). Essas bolsas permitem o trabalho de campo, a obtenção de apoio técnico, a compra de material de pesquisa, e viagens relacionadas à pesquisa. Elas também possibilitam a manutenção de sítios eletrônicos dos grupos de pesquisa. Atribuo, portanto, os resultados das pesquisas apresentadas a todo o suporte recebido ao longo da carreira acadêmica, cujo desenvolvimento dependerá da continuidade desses apoios

Como já mencionado, podemos relacionar a memória a diferentes contextos históricos e sociais, e, nesse sentido, a obsessão pela memória no mundo moderno pode ser vista como consequência de um conjunto de fenômenos, desde enfraquecimento de tradições e referências morais até fragmentação das esferas sociais. Nas últimas décadas, contudo, a memória passou a ser percebida não apenas como preservação do passado, mas a partir de movimento e de relações de poder. Embora nas ciências sociais, a tendência tenha sido o abandono de discussões filosóficas e psicanalíticas, a partir da tentativa de redução da complexidade das relações sociais a um único vetor, abordagens interdisciplinares redefiniram o campo de estudos da memória. Emoções e sentimentos deixaram de ser negligenciados. Nesse sentido, o passado se apresenta em meio às experiências do presente, não como construção ou invenção, mas como intervenção ativa. Essas considerações nos levam a analisar a natureza de museus e sítios de consciência, que se definem em termos de intervenção social.

O projeto “Museus de consciência, um novo desafio” busca analisar as transformações ocorridas nas últimas três décadas na área de museus e memória. Ao longo do século XX, a multiplicação de museus e de sítios da memória aparece relacionada às novas demandas de consumo, turismo

e formação de novas identidades. O projeto agora apresentado aponta para uma nova guinada nesses sítios relacionados à memória, pois neles o passado se atualiza levando a novas missões como reparação e justiça. As mudanças nas áreas de memória e patrimônio acompanham mudanças na relação espaço - tempo, presente nas diversas áreas do conhecimento. O argumento que vem sendo desenvolvido é que o horizonte de expectativas, tão característico da modernidade, vem dando lugar a uma percepção de passado que se atualiza em práticas políticas que atualizam o passado continuamente. O projeto em questão tem a intenção de analisar quatro temas nos sítios de consciência: escravidão, sistema penitenciário, habitação precária e regimes militares da América Latina.

A *International Coalition of Sites of Conscience* é uma organização criada em 1999, em Nova York, Estados Unidos, e financiada por fundações como a *Ford Foundation* e o *United States Department of State Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor*. A missão da organização é engajar o público na conexão entre passado e presente, a fim de moldar uma sociedade mais justa e humana. No sítio eletrônico, a organização se apresenta como sendo a única rede mundial dedicada à transformação dos lugares que preservam o passado em espaços dinâmicos que promovem a ação cívica nas lutas atuais pelos direitos humanos e por justiça. A organização conta com 200 membros, denominados de sítios de consciência, espalhados pelos cinco continentes. A maior parte desses sítios está localizada na América do Norte (117); os demais estão distribuídos entre América do Sul (24), África (12), Europa (42), Ásia (16) e Oceania (9).

As instituições associadas à Coalizão estão organizadas em torno da denúncia de questões diversas como o regime escravocrata imposto aos africanos nas Américas; as torturas e mortes ocorridas no período dos regimes militares na América Latina; a ocupação nazista e a formação dos campos de concentração na Europa; o *apartheid* na África do Sul; e o regime do Khmer Vermelho na Camboja; e a violência contra mulheres. Dentre as ações cívicas propostas, encontramos: gravação da história de um sobrevivente do genocídio em Bangladesh pelo seu neto; divulgação da opinião dos recém-chegados aos EUA sobre a definição de nacionalidade; e recriação da paisagem urbana na Cidade do Cabo por ex-moradores de um bairro destruído pelo *apartheid*. Museus são conectados entre si e enfrentam violações que se entrelaçam, como, por exemplo, desemprego, racismo, e maus tratos no regime penitenciário. Comissões de justiça e reparação são formadas para dar suporte e oferecer alternativas. Garantir aos cidadãos

direitos humanos é garantir o direito à vida e à morte dignas. Contudo, esses são direitos que cada vez mais se confundem com direitos civis.

A importância de sítios da memória na vida política das cidades e das nações continua a ser grande. Em plena era Trump, no dia 12 de agosto de 2017, o mundo observou atônito a marcha de centenas de extremistas norte-americanos em Charlottesville, Virgínia (EUA), devido à retirada da estátua de Robert E. Lee, um general confederado que lutou na Guerra Civil Americana, a favor da manutenção da escravidão. A reação chegou por parte de ativistas – como aqueles pertencentes ao movimento *Black Lives Matter* – e o resultado foi o confronto violento. Torna-se evidente que os monumentos não estão relacionados apenas ao passado, mas aos conflitos raciais do presente.

A recente guinada que observamos em sítios de consciência não se resume às guerras de representação. As práticas existentes afastam-se de questões de identidade e representação e se voltam para uma intervenção direta nos conflitos existentes. De domínio quase exclusivo de lideranças políticas e intelectuais, a defesa de sítios históricos e memorialísticos passa a ser realizada por moradores de favelas, quilombolas, populações indígenas, refugiados e movimentos organizados de diferentes matizes. A proposta é a de acompanhar as novas iniciativas de construção memorialística para avaliar seu alcance e repercussão. Em suma, essa pesquisa pode ser vista como parte do crescente interesse sobre memória, contribuindo para a compreensão da centralidade que o passado tem assumido nas demandas recentes não só por identidade, como também por reparação e justiça.

Referências

- Abreu, Regina Maria do Rego Monteiro de. (1996). *A Fabricação do Imortal*. Rio de Janeiro: Rocco/Lapa.
- Adorno, Sérgio. (1995). “Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo”. *Novos Estudos*. Cebrap, 43, pp. 45-63.
- Alvarez, Marcos César. (2002). “A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais”. *Dados Revista de Ciências Sociais*, v. 45, n.4, pp. 677-704.
- Arato, Andrew. (1977). The Antinomies of the Neo-Marxian Theory of Culture. In *International Journal of Sociology*, p 3-25.
- Benjamin, Walter. (1968). *Illuminations*, ed. Hannah Arendt. Nova Iorque: Harcourt Brace & World.
- Benjamin, Walter. (1978). *Reflections: Walter Benjamin Essays, Aphorisms, Autobiographical Writings*, ed. Peter Demetz. Nova York: Harcourt, Brace, Jovanovich.

- Bernstein, Richard J.
(1983). *Beyond Objectivism and Relativism: Science, Hermeneutics, and Praxis*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Butler, Judith.
(2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Chagas, Mario de Souza.
(1994). *Novos Rumos da Museologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), 1994.
- Gonçalves, José Reginaldo Santos.
(1996). *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Habermas, Jürgen.
(1984/7). *The theory of communicative action* (vol.1/2): Boston: Beacon Press.
- Habermas, Jürgen.
(1989). *The New Conservatism: Cultural criticism and the Historians' Debate*. Studies in Contemporary German Social Thought. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Halbwachs, Maurice.
(1968 [1950]). *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Halbwachs, Maurice.
(1994 [1925]). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel.
- Heller, Agnes.
(1990). *Can Modernity Survive?* Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Hobsbawm, Eric & Terence Ranger (eds.).
(1983). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Koselleck, Reinhart.
(1985). *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. Studies in Contemporary German Social Thought. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- La Capra, Dominick.
(1994). *Representing the Holocaust: History, Theory, Trauma*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Lourenço, Luiz Claudio.
(2010). Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dilemas: *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 3, n.10, pp. 11-31.
- Nietzsche, Friedrich.
(2007 [1887]). *Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nora, Pierre (ed.).
(1984, 1986, 1992). *Les Lieux de Mémoire*. La République.1; La Nation 2; Les France 3. Paris: Éd. Gallimard.
- Pollak, Michael.
(1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos* 2 (3): 3-15.
- Sansone, Lívio.
(2004). *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: EDUFBA.
- Sarlo, Beatriz.
(2007). *Tempo passado: cultura do passado e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG.
- Spivak, Gayatri.
(2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.